



**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2016/TCM-PA, de 16 de fevereiro de 2016.**

ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DA RESOLUÇÃO Nº 005/2015/TCM-PA, DE 28 DE MAIO DE 2015, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

**Considerando** a necessidade de correção e adequação na redação de artigos específicos do Código de Ética dos Membros deste Tribunal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O Inciso II do art. 11 da **Resolução nº 005/2015/TCM-PA, de 28 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 11º.** .....

II – Instruir processos éticos contra os Membros do Tribunal de Contas; (NR)

**Art. 2º.** O art. 13 da referida **Resolução, passa a vigorar com a seguinte redação**, acrescido do seguinte parágrafo único:

**Art. 13º.** O processo ético poderá ser instaurado de ofício ou por representação fundamentada, e com identificação completa do interessado, acompanhada da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a 03 (três).

**Parágrafo único.** Na hipótese de representação, a Comissão de Ética poderá, de ofício, por meio de decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos autos. (NR)

**Art. 3º.** O art. 14 da referida **Resolução, passa a vigorar com as seguintes alterações:**

**Art. 14º.** Precederá à instauração, a audiência do requerido, que, intimado, apresentará manifestação prévia, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

**§1º.** Acolhida preliminarmente a manifestação prévia, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto. (NR)

**Art. 4º.** O art. 15 da referida **Resolução, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 15º.** A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida neste Código, sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional. (NR)

**Art. 5º.** O art. 16 da referida **Resolução, passa a vigorar com as seguintes alterações:**

**Art. 16º.** .....

II – Advertência confidencial em aviso reservado;

III – Censura ética em publicação oficial;

IV – REVOGADO.

**§1º.** As penalidades previstas neste artigo deverão ser expressas, por ordem do Presidente, e sem qualquer outra formalidade, anotadas na ficha funcional.

**§2º.** É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio requerido ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo. (NR)

**Art. 6º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios, em 16 de fevereiro de 2016.



## NOTA TÉCNICA

### Art. 11. ....

II – Instruir processos éticos contra os Membros do Tribunal de Contas;

#### Explicação:

A versão original do Inciso II prevê “Instruir processos **disciplinares** ...”, todavia a competência para instrução de processo disciplinar é do Corregedor, nos termos da Lei Orgânica e RITCM-PA.

**Art. 13.** O processo ético poderá ser instaurado de ofício ou por representação fundamentada, e com identificação completa do interessado, acompanhada da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a 03 (três).

Parágrafo único. Na hipótese de representação, a Comissão de Ética poderá, de ofício, por meio de decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos autos.

#### Explicação:

A versão original do *caput* do art. 13 prevê “O processo ético **será** instaurado ...”, mas não prevê a identificação do interessado, e as modificações inseridas se referem, no primeiro caso, à possibilidade do processo ético ser instaurado, e, no segundo caso, pelo fato de que a legislação em vigor veda o anonimato.

Com a inclusão do parágrafo único concebe-se a possibilidade de arquivamento de ofício, pela Comissão, quando a representação não reunir condições de prosseguimento.

**Art. 14.** Precederá à instauração, a audiência do requerido, que, intimado, apresentará manifestação prévia, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

§1º. Acolhida preliminarmente a manifestação prévia, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto.

#### Explicação:

A versão original do *caput* do art. 14 prevê “Precederá à instauração, a audiência do **interessado** ...”, e a substituição de interessado para requerido objetiva tornar mais claro e diferenciado do interessado que ingressa com a representação.

A inclusão da palavra “... **prévia**” no §1º objetiva possibilitar melhor distinção entre a manifestação prévia e a defesa.

**Art. 15.** A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida neste Código, sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional.

#### Explicação:

A inclusão da expressão “... **sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional**” está em conformidade ao previsto pela ATRICON.

### Art. 16. ....

II – Advertência confidencial em aviso reservado;

III – Censura ética em publicação oficial.

IV – REVOGADO.

§1º. As penalidades previstas neste artigo deverão ser expressas, por ordem do Presidente, e sem qualquer outra formalidade, anotadas na ficha funcional.

§2º. É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio requerido ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo.

#### Explicação:

A inclusão da expressão “... **confidencial em aviso reservado**” no Inciso II, e da expressão “... **em publicação oficial**” no Inciso III, do art. 16, decorrem da necessidade de explicitação das formas de aplicação dessas penalidades, em conformidade à legislação vigente.

A versão original do Inciso IV prevê “**Proposta de demissão à autoridade hierarquicamente superior, quando houver fundamentação legal para tanto**”, todavia não cabe esta sanção aos Membros do TCM-PA.

A versão original do §1º prevê “As penalidades previstas neste **caput** ...”, mas o texto correto é “... neste artigo”.

A versão original do §2º prevê “... salvo quando requerida pelo próprio **interessado** ...”, e a substituição de interessado para requerido objetiva tornar mais claro e diferenciado do interessado que ingressa com a representação.